Dos navios negreiros para a sala de aula em escolas religiosas: candomblé, uma religião de festa, culto e resistência

DIEGO ANDRADE DE JESUS LELIS¹

Resumo: A religião é parte constituinte do arcabouço social, cultural e espiritual de um povo. Cada nação, a partir de suas necessidades e crenças, desenvolve um modo de se comunicar com suas divindades e, como valor, carrega consigo essa identidade religiosa. Assim, não foi diferente com os seres humanos que, escravizados no continente africano, foram trazidos, forçadamente, para terras brasileiras. Contudo, em um país marcado pelo cristianismo, a manutenção de outra cultura religiosa não ocorreu com tanta tranquilidade ao longo da história. Se religiões africanas e de matriz afro-brasileira foram deixadas sempre à margem, pouco a pouco elas vêm, com muito esforço, ganhando espaço no meio acadêmico e escolar. Por isso, tem-se como objetivo para este trabalho apresentar, ainda que de forma panorâmica, os caminhos percorridos pela cultura e religiões, em especial o candomblé, desde os navios negreiros até as escolas, bem como promover a reflexão sobre a sua inserção como meio de formação da pessoa humana. Para alcançar tais objetivos, foi realizada uma revisão bibliográfica em livros e artigos disponíveis em meios eletrônicos e em acervo pessoal referente às temáticas que tratam sobre as religiões de matrizes africanas, sua história, concepção teológica, organização ritual e inserção nos programas de ensino da Educação Básica no Brasil. Assim, por meio da análise de vários autores, como Edgar Morin, Miguel Arroyo, Oder J. dos Santos, Milton Santos e Mauro Meirelles, discute-se sobre a necessidade de a escola estar cada vez mais atenta em responder à parcimônia do ser humano diante da realidade daqueles que saem das margens sociais e começam a reivindicar o seu lugar de direito na história. Palavras-chave: Religiões africanas. Ensino. Candomblé.

Of slave ships for classroom in religious schools: candomblé a party religion, cult and resistance religion

Abstract: Religion is a constituent part of the social, cultural and spiritual framework of a people. Each nation, from its needs and beliefs, develops a way of communicating with its deities and, as a value, carries with it this religious identity. Thus, it was no different with the human beings who, enslaved on the African continent, were forcibly brought to Brazilian lands. However, in a country marked by Christianity, the maintenance of another religious culture has not occurred so smoothly throughout history. If African and Afro-Brazilian religions have always been left on the sidelines, little by little

they come, with much effort, gaining ground in the academic and school environment. For this reason, our objective is to present, albeit in a panoramic way, the paths taken by culture and religions, especially Candomblé, from the slave ships to the schools, as well as to promote the reflection on their insertion as a means of formation of the human person. To achieve these goals, a literature review was conducted on books and articles available in electronic media and in personal collections related to the themes that deal with the religions of African mothers, their history, theological conception, ritual organization and insertion in the teaching programs of Basic Education in Brazil. Thus, through the analysis of several authors, among them Edgar Morin, Miguel Arroyo, Oder J. dos Santos, Milton Santos and Mauro Meirelles, we discuss the need to attend the school to be increasingly attentive to respond to the thrift of the human being, against the reality of those who leave the social margins and begin to claim their rightful place in history.

Keywords: African religions. Teaching. Candomblé.

De los barcos negreros para las clases en escuelas religiosas: candomblé una religión de fiesta, culto y resistencia

Resumen: La religión es una parte constitutiva del marco social, cultural y espiritual de un pueblo. Cada nación, a partir de sus necesidades y creencias, desarrolla una manera de comunicarse con sus deidades y, como valor, lleva consigo esa identidad religiosa. No fue diferente con los humanos que, esclavizados en el continente africano, fueron llevados a la fuerza a tierras brasileñas. Sin embargo, en un país marcado por el cristianismo, el mantenimiento de otra cultura religiosa no se ha producido tan pacíficamente a lo largo de la historia. Si las religiones africanas y afro-brasileñas siempre han sido marginadas, poco a poco van llegando, con gran esfuerzo, ganando espacio en el entorno académico y escolar. Por lo tanto, nuestro objetivo es presentar, aunque de forma panorámica, los caminos realizados por la cultura y las religiones, especialmente el Candomblé, desde los barcos de esclavos a las escuelas, así como promover la reflexión sobre su inserción como un medio para la formación de la persona humana. Para alcanzar estos objetivos, se realizó una revisión bibliográfica en libros y artículos disponibles en medios electrónicos y en colección personal relacionada con los temas que tratan las matrices africanas, su historia, concepción teológica, organización ritual e inserción en los programas de educación básica en Brasil. Así, a través del análisis de varios autores, entre ellos Edgar Morin, Miguel Arroyo, Oder J. dos Santos, Milton Santos y Mauro Meirelles, discutimos la necesidad de asistir a la escuela para estar cada vez más atentos a la hora de responder a la parsimonia del ser humano frente a la realidad de quienes abandonan los márgenes sociales y comienzan a reclamar el lugar que les corresponde en la historia.

Palabras-clave: Religiones africanas. Enseñanza. Candomblé.

Introdução

O homem, diante de suas limitações físicas e espirituais, engendra no mundo a religião como discurso de garantia de respostas que a limitada natureza

humana não consegue explicar. Contudo, ainda sem conseguir facilmente essas explicações, faz parte da sua estrutura de pensamento humano buscar respostas para os questionamentos que estão em seu interior.

As religiões nascem com uma de suas perspectivas: adequar o ser humano no mundo. Ao longo da história da humanidade, elas, na maioria das vezes, deram sentido à vida simbólica do homem, ajudando-o a enfrentar os desafios da existência e orientando o seu modo de vida. Assim, pode-se dizer que as religiões foram e continuam sendo, de algum modo, fundamentais para a estruturação cultural, ética e moral das sociedades. Como afirma Meirelles (2012, p. 147):

Fonte de valores e de certa moralidade a ela correlata, a religião, é antes de mais nada e anterior aquilo que na atualidade entendemos como ciência, uma forma de explicar e ordenar o mundo. Disto decorre que, esta, antecede a realidade social em si e o modo como a percebemos e ordenamos. E, neste sentido, ao separar as coisas do homem (o profano) das coisas de deus (o sagrado) – a religião – inaugura o princípio dialético mais elementar, que, enquanto princípio moral, servirá como um *modus operandi* a ser seguido pela sociedade. Desse *modus operandi*, derivará um *modus operatum*, este, manifesto na própria práxis humana de ser e estar no mundo e no modo como, ele o homem, se relaciona com este.

Quando se afirma que a religião é parte fundamental da estrutura cultural de um povo, entende-se também que, sem ela, esse povo fica desfalcado de uma parte importante de si. Nesse contexto, serão abordados, de maneira breve, neste trabalho, alguns desafios e características das religiões afrodescendentes no Brasil, em particular do candomblé, em vista das situações pelas quais ele chegou ao campo religioso brasileiro e se desenvolveu nele.

Nesse interim, propõe-se elencar a importância de, dentro do contexto escolar, abordar a história e o valor antropológico das religiões, em especial do candomblé, na constituição da cultura e identidade dos africanos que foram escravizados e trazidos para o Brasil.

Uma religião existente e resistente desde o fundo dos navios negreiros, passando pelas escuras e doloridas senzalas até as periferias do país “livre”, rompendo, com lutas, sangue, suor, culto e música, o preconceito de um povo “branco” incapaz de partilhar a vida e celebrar a existência com aqueles que pensam e cultuam de forma diferente.

São, pois, mais de 300 anos de resistência e busca de respeito. Assim, a escola, como organismo promotor da construção do conhecimento, deve estar atenta às necessidades de auxiliar a sociedade a criar a cultura do respeito e valorizar o diferente. Nesse sentido, pode-se visualizar caminhos de mudança dessa realidade. Ainda quem em turvos horizontes, despontam ações que asseguram e legitimam a

necessidade de trazer esse assunto para o ambiente escolar, nos diversos componentes curriculares, podendo ser trabalhado inter e transdisciplinarmente.

Com a Lei nº 10.639, foi incluída no currículo da Educação Básica do Brasil a obrigatoriedade de serem trabalhadas nas disciplinas, ainda que de maneira transversal, questões referentes à história do continente africano, de suas religiões e, consequentemente, das religiões que nasceram ou foram recriados pelos seres humanos escravizados em terras brasileiras.

Materiais e métodos

Foi realizada uma revisão bibliográfica por meio de consultas a livros, artigos e periódicos disponíveis em meios eletrônicos e em acervos públicos referente às temáticas que tratam sobre as religiões de matriz africana, sua história, mitologia, concepção teológica, organização ritual e inserção nos programas de ensino da Educação Básica no Brasil. Assim, mediante a análise de vários autores, como Edgar Morin, Miguel Arroyo, Oder José dos Santos, Milton Santos, José Carlos Gomes dos Anjos, Neusa Maria Mendes de Gusmão e Mauro Meirelles, foi possível analisar o posicionamento deles no tocante à história do candomblé no Brasil, sua rejeição em uma sociedade marcada pelo preconceito à cultura advinda dos seres humanos escravizados, bem como a influência desse preconceito no âmbito escolar e os possíveis caminhos para serem trilhados pela escola em vista de auxiliar a sociedade a conhecer e a respeitar o culto religioso de tais povos.

As religiões de matrizes afro no Brasil

Estudar as religiões de matriz africana no Brasil é permear árduos e clandestinos caminhos da resistência negra e afrodescendente em um país com fortes vertentes racistas e preconceituosas. Voltar o olhar para religiões que estejam fora do ambiente cristão é no mínimo um desafio e uma batalha para romper os esquemas de segregação racial e religiosa, tendo em vista que a presença e a manutenção dessas religiões sofreram e ainda sofrem grandes perseguições por estarem inseridas em uma sociedade com forte imposição cristã. Nesse sentido, busca-se visualizar os caminhos de persistência dos povos afrodescendentes para manter vivas as bases religiosas dos seus antepassados africanos e, assim, reafirmar a sua identidade no atual contexto social/religioso.

Ao voltar o olhar para as religiões de matriz africana, agora denominadas de afro-brasileiras, depara-se com vários questionamentos acerca de suas origens, ritos, costumes e cotidiano religioso, isso porque a história dessas religiões tem sido feita quase que anonimamente ou ainda sem muitos registros documentais, justamente por, em sua maioria, fundamentar a sua tradição na oralidade do povo, como é o caso do candomblé – objeto deste estudo.

Tem-se, pois, uma religião vivida na clandestinidade, desde a sua chegada aqui nessa terra escravagista, sendo celebrada nos porões dos navios negreiros, mais conhecidos como tumbeiros, visto a realidade de tantas mortes pelas condições desumanas e depois mantendo-se viva, ainda que miscigenada e sincretizada, nas senzalas, nas periferias e nas favelas do incompreensivo e cruel Brasil.

No culto, havia a possibilidade de os negros

[...] se estruturar [em] e se organizar[em] clandestinamente em todos os sentidos: a resistência artística na música, dança, artes plásticas, organização social nos valores de solidariedade africana e do sistema de parentesco extenso (MUNANGA, 2013, p. 11).

Em meio à clandestinidade, à resistência de um povo e ao desejo de manter viva, mesmo que em terras distantes, a religião do seu lugar sagrado, os seres humanos escravizados no continente africano e trazidos para o Brasil buscaram no sincretismo um meio de cultuar suas divindades.

Sob o “verniz católico” que satisfazia o desejo da Igreja Católica Romana da época e os seus senhores, os negros faziam suas festas e batuques, cultuando os seus orixás sob a imagem de santos da Igreja Católica, vindo, posteriormente, a formar religiões de matriz africana em terras brasileiras, como é o exemplo da umbanda.

Como reflexo de um processo de marginalização e discriminação reservada aos negros, herança do processo desumano de escravização e depois de falsa abolição, as manifestações religiosas desse povo, por terem características mágicas, culto aos espíritos e alguns sacrifícios de animais, acabaram sendo estereotipadas como religiões demoníacas. Além do mais, o que gerava ainda uma maior discriminação tinha como ponto central a questão de que os povos africanos eram inferiores e que deveriam se submeter às noções religiosas de uma cultura superior.

Os cultos de matriz africana possuem sua centralidade na sabedoria dos ancestrais, por isso a evocação destes para que, de maneira espiritual, os iniciados possam receber os seus conselhos. Todas essas ações do culto são mantidas por via de tradição oral. Nelas estão presentes a sabedoria do passado, o sagrado do momento presente e o postulado e benção do futuro. Em seus ritos e cerimônias, além da evocação dos ancestrais, a presença feminina predomina sobre a masculina, visto que ela é vista como a portadora da vida, reforçando, assim, o matriarcalismo da religião.

Contudo, se, de um lado da história, tem-se a demonização dos cultos afros – e, aqui, deter-se-á especificamente no candomblé –, do outro percebe-se o caminho trilhado para a revisão de conceitos sociais e religiosos no sentido de, desde o ambiente escolar, promover a igualdade entre a erroneamente denominada religião dos “negros” e a religião dos “brancos”, entre a religião “inferior” e a “superior”.

Além das características citadas, soma-se a questão da reverência às forças da natureza, que são constituintes das religiões animistas, força motora de muitas religiões pagãs na Antiguidade, que outrora foram combatidas pelo cristianismo.

Dos terreiros às salas de aula

Em meados dos anos 1990, a Constituição Brasileira de 1988 assegurava ao cidadão o direito de professar livremente o seu credo. Contudo, no âmbito educacional, apregoava que o ensino religioso integraria a Base Nacional Comum, das matrizes curriculares, do Ensino Fundamental, das escolas públicas do país; porém, seria oferecido de modo facultativo, como segue:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental (BRASIL, 1988, p. 124).

Seguindo os parâmetros legais de regulamentação da educação brasileira, pela Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), o Ensino Religioso recebeu novos direcionamentos, retirando a caráter proselitista e catequética da disciplina; com isso, outras religiões para além do catolicismo ganham espaço nesse cenário.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (BRASIL, 1996)

Dessa forma, a lei rege que devem ser consideradas e inseridas, no Ensino Religioso, todas as religiões presentes na ampla cultura religiosa brasileira. Com o advento dessa regulamentação, surge a necessidade de pensar, desenvolver e implementar ações no currículo e na escola que proporcionem a aplicabilidade da proposta no tocante ao ensino e aprendizagem de conteúdos que abordem as relações étnico-raciais presentes na cultura do país e, consequentemente, no campo religioso. Segundo Santos (2004, p. 24), faz-se necessário:

Uma pedagogia que terá como referência básica um novo tipo de relacionamento social. Para isso, a sala de aula deve ser integrada, é preciso que haja interação de todos, ou seja, teias de solidariedade devem ser tecidas entre todos aqueles que dela participam. O importante é que haja relacionamento recíproco, que as práticas coletivas se voltem para formar um organismo único. Nela cada um deve ser aceito e reconhecido o direito de expressar o seu ponto de vista. Na verdade, o que pretendemos é que o processo de trabalho pedagógico seja subordinado ao controle do coletivo.

Como se vê, transformar as ações significa mais que a simples inserção de conteúdos programáticos. Na realidade, representa uma ruptura com o modelo proselitista de Ensino Religioso, exigindo, assim, a compreensão e a inserção de novos conceitos educacionais, religiosos e antropológicos no cenário escolar. O conhecimento e o reconhecimento da cultura, história e religiosidade afro-brasileira são a porta de acesso para um novo modo de ver e ensinar.

Nesse cenário de avanços da reflexão sobre as diretrizes do currículo, prática docente e da escola enquanto formadora da pessoa humana, em 2003 o Ensino Religioso voltou a ser debatido. Com a Lei nº 10.639/03, foram inseridos, em todas as disciplinas da Educação Básica, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino, espaços de estudo e discussão da história, cultura e religiosidade afrodescendente (BRASIL, 2003); com isso, mais uma vez surgiu a necessidade de repensar o Ensino Religioso. Nesse sentido, é possível considerar com base em Silva (2007, p. 50):

A lei nº 10.639/2003 é, sem dúvida, uma prática pública de inclusão e ação afirmativa e, ao mesmo tempo, resultado de um intenso movimento de luta antirracista no Brasil, destacando-se por sua capacidade multiplicadora, na medida em que pode gerar uma série de iniciativas voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira, bem como servindo de estímulo à reconstrução da identidade afro descendente.

Ainda que pelos caminhos da legislação, é válido ressaltar a importância dos espaços criados para o estudo das origens e das nações que estruturam a formação dos povos africanos. Certamente, serão espaços propícios para oferecer aos educandos experiências sobre a cultura e a religiosidade de matriz africana. Conforme Souza e Croso (2007, p.21),

Com a lei a escola aparece como locus privilegiado para agenciar alterações nessa realidade, e é dela a empreitada de acolher, conhecer e valorizar vínculos históricos e culturais, refazendo repertórios cristalizados em seus currículos e projetos pedagógicos e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, promovendo uma educação de qualidade para todas as pessoas.

Dada a importância do espaço escolar na construção de cidadãos capazes de renovar a sociedade e seu pensamento, faz-se extremamente necessária uma reforma epistemológica com o modelo cultural, religioso e de ensino eurocêntrico. É preciso repensar a perspectiva educacional de maneira mais profunda, tendo em vista que se está tratando da inserção no ambiente escolar de práticas e temáticas que tocam diretamente a vida e o cotidiano de muitos alunos presentes naquela sala de aula e que estão, muitas vezes, cansados de ver seus saberes e sua religiosidade desprezados.

Quando se refere a uma mudança paradigmática e epistemológica do modo de pensar e agir no mundo, deve-se levar em consideração as bases oriundas da cultura e dos saberes populares (ARROYO, 2017). Contudo, para que isso se efetive dentro do contexto escolar e sobretudo nas escolas religiosas, é necessário que, diante desses outros sujeitos que adentram esse ambiente, com outros olhares, histórias e saberes, sejam pensadas outras pedagogias, não para eles, e sim a partir deles.

Para romper com a hegemonia de saberes alicerçados nas ideias eurocêntricas dominantes, é preciso transformar a escola em um lugar efetivamente plural, com currículos plurais, disposta a incorporar os saberes plurais da sociedade brasileira marcada por tanta diversidade. É preciso perceber que, como afirma Morin (2007, p. 38),

Unidades complexas, como o ser humano ou a sociedade, são multidimensionais: dessa forma, o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional. A sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa...

Nesse interim, são necessárias novas pedagogias que estejam pautadas na formação do ser humano como alguém individual e social. Ressalta-se que ele é um ser de relações, e sua vida não se dá apenas por fatores genéticos, mas se realiza a cada ato de relação com o outro enquanto espécie humana.

A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana (MORIN, 2007, p. 55)

Sob essa égide, as escolas, sobretudo as católicas, devem fomentar uma educação pautada na valorização da individualidade da pessoa humana que carrega consigo uma história única e intransferível, mas também uma história genética, social, cultural e que, de igual maneira, é contributiva para a constituição da identidade planetária da raça humana. Tem-se em vista que é a partir da vivência comunitária que o ser humano estabelece o seu processo de construção, por isso depende

do “outro”, dos confrontos e da ajuda de “outros” que se assemelham enquanto humanidade e interferem simultaneamente em sua existência. É preciso educar em prol da valorização da condição humana. Como afirma Morin (2007, p.47),

A educação do futuro deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano.

É perceptível que muitos são os desafios a serem enfrentados para que as culturas afro-brasileira e africana saiam dos terreiros e cheguem formalmente, por meio da escola, à sociedade. Como as escolas confessionais desenvolverão tais temáticas tendo em vista a diferença de credo? Não há respostas prontas nem uma receita a ser seguida. Antes, o que deve haver é a consciência da formação em prol da humanidade. O olhar atento à complexidade da raça humana. Se, por um lado, é desafio, por outro é possibilidade. Acolher o diferente, proteger o indefeso, promover a justiça e a paz. Esses são valores planetários e cabem em qualquer religião.

As escolas necessitam dedicar-se a uma educação que seja promotora do entendimento da uma ética que assegure o nascimento de uma humanidade que tenha como fundamento basilar a compreensão de si e do outro em suas dimensões e totalidade, que esteja apta à escuta e ao respeito das vozes minoritárias e marginalizadas. Eis os desafios, eis as possibilidades. Uma coisa a história tem mostrado. Se os desafios são inúmeros, a força desse povo, que traz no canto, na fé e na vida a resistência, será capaz de vencer os preconceitos e os obstáculos na luta por direito, reconhecimento e igualdade.

Considerações finais

Diante do exposto, pode-se perceber o difícil processo pelo qual passou e ainda passa as religiões de matriz africana no Brasil. Os resquícios de uma sociedade escravagista e intolerante ainda continuam a rotular como de segunda classe ou inferior a tudo aquilo que é produzido pelos povos africanos feitos escravos no Brasil ou se diz da origem desses povos.

O preconceito ainda continua a combater a herança africana presente em na cultura brasileira sob a desculpa de que se trata de uma religião primitiva e atrasada. Contudo, novos povos chegam às escolas reconhecendo a necessidade de transformação desse cenário. Encontram-se no século XXI, na era da utópica globalização, muitos grupos de adeptos e simpatizantes das religiões de matriz africana que, com estudos e ousadia, tentam desmitificar as errôneas ideias espalhadas a respeito de tais religiões. Estes desejam romper os muros do preconceito e da hegemonia curricular para promover a afirmação identitária dos que sempre estiveram à margem da margem.

Dessa maneira, organizados em coletivos, esses indivíduos querem se reconhecer no conteúdo trabalhado em sala de aula, nos personagens dos filmes, nas comemorações cívicas e nas apresentações e vivências religiosas.

Cansados de ser anulados, perseguidos e humilhados, desejam realizar seu culto livremente sem serem vistos como diabólicos ou inferiores. Querem ver seus mitos retratados nos livros e seus rituais respeitados e compreendidos. Buscam demarcar seu espaço em uma sociedade que historicamente reservou a margem para esses grupos, seja nas senzalas, periferias, favelas, mocambos e calçadas. Esses grupos buscam a afirmação de suas identidades individuais e coletivas na economia, na cultura, nas academias ou nas escolas.

Nesse interim, a escola como agente transformador da sociedade precisa buscar meios de efetivar a prática de ensino a respeito da cultura e religião afro-brasileira e africana. É preciso pensar a educação de forma a integrar a pessoa humana em uma perspectiva de humanidade, reconhecendo a importância das diferentes culturas e dos diversos modos de ser e estar no mundo. Acredita-se que a escola deve proporcionar aos seus educandos as bases necessárias para a que eles possam compreender a importância das religiões na vida de um povo.

Recebido em: 04/06/2019

Revisado pelo autor em: 12/07/2019

Aceito para publicação em: 21/08/2019

Notas

1 Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Claretiano (CEU-CLAR) (2014) e em Filosofia pelo Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA) (2016). Possui especialização em Tutoria em Educação a Distância e EJA; Educação Especial e Ensino Religioso; Geografia, História e Sustentabilidade pela Faculdade Futura. Mestrando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental e Complexidade (GEPEACOM) na PUC-PR. Bacharelando em Teologia pelo Studium Theologicum de Curitiba-PR. E-mail: diegolellis09@hotmail.com

Referências

ARROYO, Miguel Gonzales. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23

dez. 1996. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 2 fev. 2019.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 8 fev. 2019.

MEIRELLES, Mauro; SCHWEIG, Grazielle Ramos. Antropologia ou Antropologias: o estatuto da disciplina em diferentes cursos de Graduação. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1.; ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO SUL, 3., 2008, Pelotas. **Anais...** Pelotas, 2008

_____. Antropologia e Educação: um diálogo necessário. **Percursos**, UDESC, v. 13, p. 81-98, 2012.

MEIRELLES, Mauro. Dos terreiros para a sala de aula: as religiões de matriz africana no RS, limites e possibilidades. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST, 1., 2012, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: EST, 2012. p. 146-156

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. Prefácio. Nkisi na diáspora. *In*: FIGUEIREDO, Janaina (Org.). **Nkisi na Diáspora: raízes religiosas Bantu no Brasil**. São Paulo: Acubalin, 2013. p. 8-11.

SANTOS, José Oder dos. **Fundamentos sociológicos da educação**. Brasília: MEC-INEP, 2004.

SILVA, Mauricio Pedro da. Novas diretrizes curriculares para o estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana: a lei 10.639. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 39-52, jan./jun 2007. Disponível em: <http://www4.uninove.br/ojs/index.php/eccos/article/viewFile/486/468>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SOARES, Alessandra Amaral. **Candomblé e Umbanda: Manifestação da Resistência da Cultura africana no Brasil**. 2006. Monografia (Especialização em História da África) – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Ana Lúcia; CROSO, Camila. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/03**. São Paulo: Ação Educativa/Ceert, 2007.